

Reflexões sobre uma trajetória de pesquisa ou por que seguir revisitando a Unidade Popular

Reflections on a research trajectory or why to continue revisiting the Popular Unit

Natália Ayo Schmiedecke*

Eu não tenho parentes chilenos. Nem parentes que se exilaram no Chile. Tive que esclarecer isso muitas vezes desde que comecei a estudar o movimento da Nova Canção Chilena (NCCh), em 2009, no meu penúltimo ano da graduação em História. No mestrado, um especialista chileno me confessou que lhe parecia estranho que, diante da riqueza da música popular brasileira, eu tenha escolhido estudar um tema musical de seu país. Em vários congressos, após falar por vinte minutos sobre discos de Víctor Jara, Inti-Illimani ou Quilapayún, os únicos comentários correspondentes à minha apresentação eram paralelos com Milton Nascimento, Chico Buarque, Edu Lobo ou outros expoentes da MPB.

A questão de fundo por trás de todos esses incidentes era: por que um estrangeiro – no caso, uma brasileira – poderia se interessar pela história e pela música do Chile? Sinceramente, nunca entendi este questionamento e por vezes perdi a paciência. Considerava que o engajamento político por meio da canção e o projeto político da Unidade Popular (UP) eram temas *obviamente* interessantes e importantes, independentemente do país em que tiveram lugar. Com o tempo, conforme fui estudando a história chilena, pareceu-me ainda mais interessante que tenham ocorrido naquele país.

Onze anos após iniciar meus estudos, decidi parar para refletir sobre o assunto, por meio deste ensaio autobiográfico. Por que há um estranhamento em relação ao meu interesse pelo tema? E por que eu o considero tão relevante? Para desenvolver estas questões, é necessário relacionar passado e presente e trazer à tona dilemas identitários em torno da noção de América Latina. É preciso, também, pensar no impacto internacional da “experiência chilena” e nas memórias que foram construídas sobre ela durante e após as ditaduras militares do Cone Sul.

Durante os séculos XIX e XX, diferentes discursos buscaram ora dissociar e separar o Brasil da América Latina, ora incluí-lo nesta noção.¹ Para além do plano discursivo, o fato de ter sido colonizado por outro império implicou diferenças culturais significativas, incluindo o idioma. Ainda hoje, muitos brasileiros não têm contato frequente com a língua espanhola, diferentemente do que acontece com o inglês. Além de ser ensinado nas escolas, este é frequentemente ouvido em séries, filmes, canções e canais do Youtube.

Longe de constituir uma novidade ou uma excepcionalidade no âmbito regional, esta “avalanche” norte-americana nos meios de comunicação latino-americanos foi percebida e denunciada com força por intelectuais dos anos 1960/70, que desenvolveram o conceito de “imperialismo cultural”. Em “Estructura del poder informativo y dependencia” (1970), por exemplo, o sociólogo

* Brasileira, licenciada, mestre e doutora em História, pós-Doutoranda no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista da FAPESP (processo n. 2018/00325-0). E-mail: nati.ayo@gmail.com.

¹ Sobre o assunto, ver: Luís Cláudio Santos, *O Brasil entre a América e a Europa; o Império e o interamericanismo*, São Paulo, Editora UNESP, 2004; Maria Lígia Prado, “O Brasil e a distante América do Sul”, *Revista de História*, São Paulo, 145, 127-149, 2001; e Lúcia L. Oliveira “Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina”, *Sociologias*, Porto Alegre, 14, dez. 2005, 110-129.

belga Armand Mattelart apresenta dados exaustivos sobre a imprensa, a televisão, a indústria discográfica e as rádios chilenas, destacando sua vinculação com o capital monopólico internacional. Ele busca explicitar “como los modelos de conducta y las teorías correspondientes que transmite el medio de comunicación liberal, reflejan una ideología dependiente, que no es sino un eslabón en la estrategia imperialista de la división internacional del trabajo”². O artigo também analisa os recursos comunicativos empregados pela burguesia nacional – importadora de mensagens do polo dominante externo – para fazer com que seus interesses particulares fossem reconhecidos como gerais pelo público. No ano seguinte, Mattelart escreveu com Ariel Dorfman o livro *Para leer al Pato Donald: Comunicación de massa y colonialismo*, que analisa as estratégias narrativas e caracterizações de personagens nas histórias em quadrinho norte-americanas a fim de demonstrar que não se tratava de um produto neutro e inocente, mas de um instrumento de dominação cultural.³

Na visão de muitos grupos de esquerda, para fazer frente a esse ataque fazia-se necessário resgatar uma identidade comum aos diferentes países da região e criar uma nova cultura, de caráter nacional e popular. É neste marco que devemos entender o esforço dos músicos da NCCCh por “resgatar” e difundir repertórios folclóricos do continente. A luta pela soberania cultural era vista como necessária para alcançar a soberania política – objetivo que demandaria uma luta unificada dos países subjugados. Com vistas a contribuir com o despertar americano, o discurso latino-americanista da NCCCh buscou ressaltar que os países da região estavam ligados por um passado e um presente comuns, devendo recuperar a unidade confiscada durante a colonização para promover uma “segunda independência”. Isso aparece com clareza, por exemplo, nos discos *El sueño americano* (1967), de Patricio Manns, e *Canto general* (1971), do conjunto Aparcoa.

Embora ficasse subentendido que o Brasil também fazia parte desta América que começava a despertar, poucas vezes o discurso latino-americanista o contemplou de maneira explícita. A instauração da ditadura militar em 1964 contribuiu para distanciar o Brasil dos países que ainda viviam sob regimes democráticos. Mas isso não impediu a solidariedade nos meios de esquerda, como atestam as diversas matérias publicadas na revista chilena *Punto Final* que denunciavam a violação de direitos humanos levada a cabo naquele país e exaltavam a resistência armada. Também é importante mencionar que muitos brasileiros se exilaram no Chile entre fins dos anos 1960 e início dos 1970, o que proporcionou importantes intercâmbios no campo acadêmico. Nos marcos da CEPAL, do CESO e do CEREN, intelectuais como André Gunder Frank, Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini contribuíram para desenvolver conceitos ligados à chamada Teoria da Dependência, que seria uma das bases fundamentais do programa de governo da UP.⁴

Submergida em uma ditadura militar que controlava os meios de comunicação, a população brasileira acompanhou pouco – e de maneira distorcida – os acontecimentos políticos chilenos do começo dos anos 1970. Fora dos meios de esquerda, que viviam uma situação de clandestinidade, não se ouvia falar em Nova Canção Chilena, em “via democrática ao socialismo” ou nos boicotes nacionais e internacionais que buscaram interromper a experiência chilena. Boicotes que envolveram, aliás, o próprio regime militar brasileiro, considerado pelo governo de Richard Nixon um aliado estratégico na

² Armand Mattelart, “Estructura del poder informativo y dependencia”, *Cuadernos de la Realidad Nacional*, Santiago, 3, mar. 1970, 52-53.

³ Carlos Alberto Araújo, “Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart”, *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, 3:3, set. 2009, 113.

⁴ Sobre o assunto, ver: Claudia Wasserman, “Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile”, *História Unisinos*, São Leopoldo, 16:1, 2012, 82-92; e Teresa Cristina Marques, *Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*, Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

defesa dos interesses norte-americanos no subcontinente. Documentos diplomáticos recentemente desclassificados apontam para a existência de uma relação entre a decisão, por parte dos EUA, de fortalecer seus vínculos com a ditadura brasileira e o objetivo de derrubar Allende. Longe de qualquer passividade, políticos e diplomatas brasileiros alimentaram os temores norte-americanos sobre o perigo que o processo chileno representava, insistiram na necessidade de tomar providências para detê-lo e auxiliaram os militares golpistas.⁵

Os efeitos de tais políticas, bem como da cumplicidade posteriormente estabelecida entre as duas ditaduras e da Lei da Anistia⁶, são visíveis ainda hoje, quando um candidato de extrema-direita chegou à presidência do Brasil exaltando a figura de Pinochet e entregou o Ministério da Economia a um *Chicago boy*. Como pude constatar em diversas ocasiões, dentro e fora da universidade, mesmo os nomes de Salvador Allende, Violeta Parra e Víctor Jara são pouco familiares aos brasileiros.

De forma mais ampla, os temas relacionados à história dos países vizinhos são pouco contemplados em nossos currículos escolares e universitários. Via de regra, o curso de bacharelado ou licenciatura em História prevê apenas dois semestres de História da América. As poucas aulas dedicadas ao Chile costumam se centrar no processo de Independência ou na Guerra do Pacífico, raramente abordando conjunturas mais recentes. Em compensação, os módulos de História do Brasil somam quatro ou cinco semestres.

Entre 2018 e 2019, ministrei duas disciplinas eletivas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), enfocando o contexto latino-americano do século XX. Ambas tiveram uma grande quantidade de alunos inscritos, o que parecia apontar para uma demanda em relação a temáticas regionais. Confirmei esta impressão durante as aulas e em conversas com os estudantes, que frequentemente comentavam o pouco que conheciam da história e da cultura dos países vizinhos, buscavam fazer paralelos com o Brasil e lamentavam a baixa quantidade de disciplinas sobre a América Latina geralmente oferecidas. Em momentos de reflexão sobre o curso, muitos relataram que inicialmente lhes pareceu assustadora a ideia de ler bibliografia em espanhol e que as primeiras tentativas foram frustrantes, mas, ao final do semestre, para sua própria surpresa, haviam constatado que estavam lendo com facilidade.

Diante do que foi exposto nos parágrafos anteriores, não deveria me causar estranhamento, portanto, que meus conterrâneos não se sintam identificados com as sonoridades associadas à música andina, tão difundidas pela NCCh, mas pouco presentes na canção popular brasileira; ou com um projeto político cujos protagonistas eles desconhecem. Tal constatação conduz à questão de como eu “descobri” o governo da UP e por que ele me pareceu, desde um primeiro contato, tão interessante.

Durante minha formação como historiadora na UNICAMP, a possibilidade de trabalhar com documentos não convencionais despertou meu interesse. No segundo semestre da graduação, escrevi um trabalho sobre moda no século XIX no qual buscava entender o significado social das mudanças no vestuário masculino. Meu empreendimento seguinte foi um trabalho em grupo sobre música na América Latina que acabou abrangendo gêneros oriundos de diferentes países – e que até então desconhecíamos completamente. Em meio à busca de material na *internet*, deparei-me com um texto da historiadora brasileira Tânia García sobre os movimentos da Nova Canção no Cone Sul.⁷ O engajamento político explícito dos músicos e o significado revolucionário atribuído ao folclore chamaram minha atenção, de modo que decidi buscar, nas bibliotecas da universidade, mais material

⁵ Tanya Harner, *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2011.

⁶ Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concedeu anistia não apenas aos presos políticos da ditadura, mas também aos agentes do Estado que cometeram violações de direitos humanos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

⁷ Tânia García, “Nova Canção: manifesto e manifestações latino-americanas no cenário político mundial dos anos 60”, VI Congresso da IASPM-AL, Buenos Aires, IASPM, 2005.

sobre o tema. Encontrei a biografia de Víctor Jara escrita por sua viúva, a bailarina inglesa Joan Jara, e o livro *La Nueva Canción Chilena: continuidad y reflejo*, de Osvaldo Rodríguez.⁸

A história narrada por Joan Jara me fascinou. Por sua lente, fui apresentada ao Chile e acompanhei a trajetória de Jara, desde seu nascimento em uma família de camponeses até seu brutal assassinato nos porões da ditadura militar. Certamente, o fato de a autora ser estrangeira contribuiu significativamente para que eu me envolvesse com a leitura. Ainda hoje guardo na memória a passagem que descreve a sensação de ver a cordilheira dos Andes pela primeira vez. Eu, que nunca havia viajado para o exterior nem mantido contato com estrangeiros, ficava imaginado aquela cidade que parecia e não parecia São Paulo. Tentava visualizar e escutar seus moradores e percebia que nem tudo o que chamava a atenção da autora me parecia estranho. Assim, sem que eu me desse conta, estava o tempo todo fazendo comparações com o que me era familiar.

Parece-me que esta é a chave da questão: meu interesse pelo que viria a se tornar meu objeto de estudo foi despertado pela percepção de que o contexto retratado no livro era diferente da minha realidade, mas era possível traçar muitos paralelos. Naquele momento, eu era uma estudante em vias de concluir a graduação e estava envolvida com uma ação de alfabetização em assentamentos que posteriormente viria a se tornar o projeto de extensão Universidade Popular. Junto com os demais participantes, lia e discutia textos de Paulo Freire e outros educadores comprometidos com a emancipação das classes subalternas latino-americanas. Paralelamente, ministrava aulas de Gramática e História em um cursinho popular, voltado à preparação para o vestibular de alunos que não tinham condição de pagar por seus estudos. Dois anos antes de me envolver com tais projetos, havia tomado parte em reuniões, atos e greves organizados por centros acadêmicos e pelo diretório central de estudantes da universidade. A greve de 2007 contra um conjunto de decretos do então governador do Estado de São Paulo, José Serra, foi especialmente importante na minha formação política. Pela primeira vez, acompanhei de dentro a articulação de um movimento reivindicatório, vivenciei seus dilemas e contradições, constatei a ineficácia de alguns métodos e, no final do processo, senti-me decepcionada com o resultado.

Essas vivências certamente influenciaram a maneira como li o livro de Joan Jara e como as informações ali apresentadas me afetaram. Um professor universitário que se envolve profundamente com o movimento pela Reforma?⁹ Universitários que passam as férias realizando trabalhos voluntários? Jovens secundaristas militando em partidos políticos? Engajamento político por meio da arte – e, ainda por cima, utilizando ritmos folclóricos? Um marxista declarado vencendo eleições presidenciais? Manifestações massivas quase cotidianas no centro da capital do país?

Parecia-me fantástico, nas duas acepções da palavra: algo positivo e irreal. A vontade de conhecer mais me levou a novas leituras e aos poucos foi se delineando um projeto de pesquisa, abraçado pelo professor José Alves de Freitas Neto e situado no campo da história intelectual. A este projeto se seguiram outros, todos eles desenvolvidos em torno a duas questões centrais, fortemente relacionadas: o engajamento intelectual e os debates no interior da esquerda. Interessava-me saber como a cultura foi pensada em relação à almejada revolução; quais caminhos foram vislumbrados pelos intelectuais para participar da construção de uma nova sociedade; o que conseguiram realizar no contexto de um governo de esquerda que se manteve no marco democrático; quais dilemas e obstáculos eles enfrentaram.

⁸ Joan Jara, *Canção inacabada: a vida e a obra de Víctor Jara*, Rio de Janeiro, Record, 1998; Osvaldo Rodríguez Musso, *La nueva canción chilena: continuidad y reflejo*, La Habana, Casa de las Américas, 1988.

⁹ Víctor Jara era professor do Departamento de Teatro da Universidade do Chile. Seu envolvimento com o movimento pela reforma se explicita na canção “Móvil’ Oil Special”, que acabou se tornando uma espécie de hino do movimento.

Em alguma medida, estas perguntas dialogavam com a conjuntura política brasileira. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016, medidas tais como o investimento no ensino superior e a reestruturação do Ministério da Cultura melhoraram as perspectivas profissionais dos intelectuais. Ações no plano econômico e social voltadas ao combate à pobreza – com destaque para o programa Bolsa Família –, bem como o compromisso com pautas democratizantes foram tomados no âmbito da universidade pública como conquistas a serem defendidas e ampliadas. Por outro lado, os efeitos negativos da estratégia conciliadora e a crescente crise econômica potencializaram a polarização política no país. Não obstante as diferenças gritantes, muitas das questões em pauta no contexto da UP se mostraram vigentes. Como avançar nas pautas sociais sem entrar em choque com os interesses das classes dominantes? Até que ponto a ação de sindicatos e movimentos sociais estava sendo freada pela tendência institucionalizadora e estatizadora? Quais os limites das concessões a serem feitas em nome de alianças com partidos conservadores? Qual o custo do “silêncio estratégico” por parte da esquerda sobre os erros do partido no governo?

Após o golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff, substituída por Michel Temer, a sensação de insegurança se instalou no meio intelectual. Tentativas de extinguir o Ministério da Cultura, cortes em diversos âmbitos da educação e tendência à privatização do ensino marcaram seu mandato e foram consolidados no governo Bolsonaro. As novas políticas evidenciaram a fragilidade do que muitos consideravam ser uma situação definitiva, que só poderia (e deveria) “andar para frente”, nunca para trás. Assim, a preocupação central de educadores, cientistas e artistas deixou de ser pressionar por avanços, apontando os problemas que os impediam. Criou-se uma necessidade urgente de resistir. Tal como no plano social mais amplo, a pauta agora é tentar conquistar o que antes estava garantido.

No nível pessoal, esses anos também foram marcados por mudanças. Em 2011, tomei a difícil decisão de deixar a cidade onde havia residido por cinco anos para iniciar um mestrado em um lugar que só havia visitado uma vez e onde não conhecia ninguém. A forma que encontrei para me adaptar foi me encerrar em casa e focar minhas energias na pesquisa, desta vez supervisionada pela professora Tânia Garcia, que sempre me incentivou a levar meus projetos acadêmicos adiante. Nos anos seguintes, novas mudanças (inclusive de cidade) reforçaram esta tendência e eu frequentemente me sentia mais envolvida com o contexto que estudava do que com o momento presente. Não deixei de acompanhar as notícias e de me preocupar com a situação nacional, mas, de alguma maneira, sentia-me cada vez mais impotente.

A comparação com aquele cenário de engajamento político e efervescência cultural que tinha no horizonte uma transformação radical da sociedade era inevitável. Por que estamos tão conformados, despolitizados, auto-centrados? Por que agora sonhamos tão baixo?

Não posso alegar que eu não estivesse a par dessas perguntas e de possíveis respostas. Durante minha formação como historiadora, li diversas análises sobre o fim das “grandes narrativas” e a transição para a “pós-modernidade”. Mas foi há pouco tempo que a situação em que nos encontramos hoje e sua diferença com o passado que estudo veio à tona de maneira explícita. Refiro-me às manifestações de protesto desencadeadas a partir de outubro de 2019 ao longo do Chile contra a herança neoliberal da ditadura pinochetista. Ao chamarem atenção para a continuidade deste modelo, denunciarem suas consequências sociais e políticas e exigirem uma mudança estrutural, os manifestantes romperam com a imagem de conservadorismo, passividade e conformismo internacionalmente atribuída aos chilenos. Nesse processo, revalorizaram nomes, bandeiras e expressões artísticas associadas ao período da UP, como é o caso da canção “El derecho de vivir en paz”, de Víctor Jara, que, em diferentes versões, esteve presente em atos realizados dentro e fora do

país.¹⁰ Recentemente, ela foi gravada pelo músico britânico Roger Waters, que incluiu referências ao contexto brasileiro:

[...] / And in Jaffa, and in Quito / In Bagdad and Delhi and Maine / In
Saskatchewan and in Rio / Enough with this living in chains / [...] / So
beware Bolsonaro, / Giuido and Modi and Trump / The Cacerolazo is
louder than all of your guns / It's the beating heart of the people / And the
message is perfectly plain / Our mother earth will never be for sale. / [...]

No contexto das manifestações chilenas, alguns amigos e familiares que até então nunca haviam manifestado um interesse especial pelo meu tema de estudo entraram em contato comigo para pedir informações não somente sobre a conjuntura atual do Chile, mas também sobre o período da ditadura e o governo que a antecedeu. Durante nossas conversas, pude observar um sentimento de identificação com um outro até então pouco conhecido, mas que aos poucos estava crescendo como referencial.

Constatar a diferença entre o presente vivido e o passado estudado conduz automaticamente à pergunta: como chegamos aqui? Há diferentes formas de abordar esta questão e certamente nenhuma resposta será completa e definitiva. No caso chileno, o reconhecimento de que os três anos de governo da UP são um elemento explicativo fundamental levou a maior parte dos analistas a enfocarem as razões do fracasso do projeto político liderado por Allende, apontando erros e culpados. Em estudo publicado em 2004, os historiadores Mario Garcés e Sebastián Leiva concluíram que a literatura sobre a UP tendia a se debruçar sobre os atores políticos formais – em especial, os partidos –, atribuindo a culpa à falta de unidade da esquerda, à incapacidade de governo da coalizão, à ilegalidade das manobras da direita e/ou ao fracasso do centro político para desempenhar um papel moderador.¹¹

A partir de meados dos anos 2000 ocorreram mudanças importantes nos estudos sobre a UP, que passaram a abranger novos temas e perspectivas de análise. No contexto do trigésimo aniversário do golpe militar, foram publicadas, entre outras obras, as coletâneas *La Unidad Popular treinta años después* (2003), editada pelo sociólogo Rodrigo Baño, e *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular* (2005), organizada pelo historiador Julio Pinto Vallejos.¹² Podemos notar em ambos uma ampliação temática: enquanto o primeiro abrange seções relativas aos campos político, econômico, social e cultural, o segundo adiciona a esta lista questões de ordem religiosa e militar.¹³ Nos anos seguintes, os enfoques foram se diversificando, como demonstra o novo livro editado por Pinto Vallejos no quadragésimo aniversário do fim do governo, intitulado *Fiesta y drama: nuevas historias de la Unidad Popular* (2014). Entre os temas abordados, encontram-se reforma agrária, movimentos de *pobladores*, iniciativas no campo educacional e programação televisiva. No âmbito da produção internacional, merecem

¹⁰ Ver: Eileen Karmy, “V́ctor Jara Presente!”, *Alborada – Latin America Uncovered*, 10, 2020, 23-25.

¹¹ Mario Garcés e Sebastián Leiva, “Perspectivas de análisis de la Unidad Popular: Opciones y omisiones”, Informe de avance, Santiago, Universidad ARCIS, out. 2004

¹² Rodrigo Baño (Ed.), *La Unidad Popular treinta años después*, Santiago, LOM, 2003; Julio Pinto Vallejos (Coord.), *Cuando hicimos historia: La experiencia de la Unidad Popular*, Santiago, LOM, 2005.

¹³ Outros livros importantes produzidos naquele contexto foram: Claudio Rolle (Org.), *1973: la vida cotidiana de un año crucial*, Santiago, Planeta, 2003; Franck Gaudichaud, *Poder Popular y Cordones Industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*, Santiago, LOM, 2004; Peter Winn, *Tejedores de la revolución. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*, Santiago, LOM, 2004; Francisco Zapata (Coord.), *Frágiles Suturas. Chile a treinta años del gobierno de Salvador Allende*, Santiago, Fondo de Cultura Económica; México D.F., COLMEX, 2006.

menção os livros *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*, de Tanya Harmer, e *Cybernetic revolutionaries: technology and politics in Allende's Chile*, de Eden Medina, ambos de 2011.¹⁴

O Brasil também tomou lugar nesse processo de renovação, como demonstram a dissertação de mestrado de Carine Dalmás sobre as brigadas muralistas (2006) e a tese de doutorado de Elisa Campos Borges sobre os Cordones Industriales (2011). A posterior publicação em livro destes e de dois outros trabalhos sobre o campo musical – um escrito por mim e outro por Caio de Souza Gomes – representou um incremento significativo na produção em língua portuguesa. Mais recentemente, no marco dos cinquenta anos da chegada de Allende à presidência do Chile, estudos destes e de outros especialistas foram reunidos no livro *Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*.¹⁵

Quanto aos meus próprios trabalhos, o recorte cronológico que estabeleci nas pesquisas de iniciação científica e mestrado – 1966 a 1973 – abrangiam o período da UP, mas foi no doutorado que passei a enfocá-lo especificamente. Minha intenção inicial era analisar como o tema da “nova cultura” repercutiu no movimento da NCCh durante a UP, mas, diante da escassez de trabalhos que oferecessem um panorama satisfatório, uma mudança de enfoque se fez necessária. Apesar dos avanços anteriormente mencionados, os estudos voltados a examinar o lugar assumido pela cultura no projeto da *Via chilena ao socialismo* permanecem escassos. No momento em que realizei minha pesquisa, entre 2013 e 2017, a produção dedicada à temática se restringia a alguns artigos acadêmicos, capítulos de livros e dissertações de mestrado, não havendo análises de maior fôlego. Parte destes trabalhos se dedica a examinar as concepções que embasavam os discursos da esquerda sobre a “questão cultural” (o lugar da cultura na revolução), identificando determinadas tendências no debate político e intelectual. Outros se centram nas políticas culturais governamentais, destacando sua atuação no campo educacional e editorial. Um último grupo de autores enfoca a produção cultural do período, examinando como diferentes expressões artísticas e meios de comunicação buscaram contribuir com o projeto socialista.

No que se refere ao movimento da NCCh, muito foi escrito sobre o apoio dado pelos músicos ao governo. Mas, apesar de frequentemente afirmarem que tais artistas compartilhavam do imaginário do “homem novo” e da “nova cultura”, os trabalhos sobre a NCCh tenderam a analisá-lo de forma desconectada dos diferentes projetos, políticas e discussões que marcaram o campo cultural do período.

Dialogando com tais estudos, minha pesquisa se propôs inicialmente a verificar como o tema da “nova cultura” repercutiu na NCCh. O projeto original estabelecia que a análise do cenário cultural fosse realizada na medida em que pudesse servir ao objetivo central de melhor compreender os discursos e obras de músicos ligados ao movimento. No decorrer do trabalho, fez-se necessário examinar de maneira mais detalhada as políticas culturais governamentais e o debate intelectual travado no interior da esquerda. Assim, o foco acabou sendo deslocado para os diferentes posicionamentos acerca da “questão cultural” no contexto da UP, que mapeei de modo a situar os discursos e a produção da NCCh. Trabalhei com a hipótese de que os músicos ligados ao movimento foram parte integrante da intelectualidade engajada no projeto da *Via chilena ao socialismo*. Assim, participaram

¹⁴ Harmer, *op. cit.*; Eden Medina, *Cybernetic revolutionaries: technology and politics in Allende's Chile*, Cambridge, The MIT Press, 2011.

¹⁵ Carine Dalmás, *Imagens de uma revolução alegre: murais e cartazes de propaganda da experiência chilena. 1970-1973*, São Paulo, Alameda, 2017; Elisa Borges, *Con la unidad Popular ahora somos gobierno! A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*, Rio de Janeiro, Multifoco, 2015; Natália Ayo Schmiedecke, *“Não há revolução sem canções”: utopia revolucionária na Nova Canção Chilena, 1966-1973*, São Paulo, Alameda, 2015; Caio Gomes, *“Quando um muro separa, uma ponte une”: Conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70)*, São Paulo, Alameda, 2015; Adriane Vidal Costa e Elisa Borges (Org.), *Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2020.

ativamente da discussão e proposição de caminhos para integrar a cultura no processo revolucionário, desempenhando um importante papel político e cultural.¹⁶

Um dos temas com os quais me deparei durante a pesquisa foi o do impacto da política cultural cubana nos debates travados no interior da esquerda chilena. Em 1971, o “Caso Padilla” e o Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura explicitaram o endurecimento do governo de Fidel Castro no campo cultural e, como resposta, uma parte significativa da intelectualidade internacional rompeu com o regime. Tais episódios repercutiram nas páginas de uma de uma das revistas que utilizei como fonte, *Abora*, editada pela recém-estatizada Editora Nacional Quimantú entre abril e dezembro de 1971. Entre os textos ali publicados, encontra-se um documento intitulado “Declaración chilena”, assinado por um total de 77 escritores e artistas, incluindo muitos músicos da NCCh. Outras fontes consultadas durante a pesquisa – como artigos publicados na revista acadêmica *Cuadernos de la Realidad Nacional* e o livro *La cultura en la vía chilena al socialismo* (1971), que reúne trabalhos de Enrique Lihn, Hernán Valdés, Cristián Huneeus, Carlos Ossa e Mauricio Wacquez – também faziam menção aos episódios cubanos e à “Declaración chilena”.

Diante da grande quantidade de temas envolvidos na pesquisa, não foi possível dedicar uma atenção especial a esta questão, mas planejei voltar a ela futuramente. Assim, em 2018 redigi o projeto de pós-doutorado intitulado *Cultura e socialismo: entre a Revolución Cubana e a vía chilena (1970-1973)*. A fim de compreender de que modo a experiência de cada país influenciou os posicionamentos, no outro, em torno da “questão cultural”, estou examinando as aproximações e distanciamentos observados entre os governos; entre os governos e os intelectuais; e entre os intelectuais cubanos e chilenos no contexto da UP. Interessa-me, sobretudo, verificar em que medida relações no plano cultural contribuíram para amenizar ou reforçar as diferenças entre a Revolución Cubana e a Vía chilena ao socialismo.

Enquanto redigia o projeto, constatei que ainda são poucos os estudos dedicados à dimensão internacional da “experiência chilena”, em especial no que se refere ao âmbito regional. Entre os poucos autores que abordaram o tema das relações Chile-Cuba, em maior ou menor profundidade, observam-se duas tendências distintas: destacar as aproximações e a solidariedade entre os dois processos¹⁷ ou, ao contrário, os conflitos de interesse e antagonismos¹⁸. A existência de ambas dimensões é inegável; a questão de fundo parece ser qual delas teria predominado. Quando iniciei a pesquisa, estava mais identificada com o segundo grupo de autores. Conforme escrevi em meu projeto original: “Uma análise preliminar indica que as relações entre os dois governos não apenas existiram, mas foram importantes e marcadas por tensões”; “a vitória da UP não significou o início de uma era de união entre os dois países latino-americanos em prol da implementação do socialismo no continente. Ao contrário: a Vía chilena representava uma ameaça aos interesses cubanos e, em certa medida, o contrário também é verdadeiro”.

No decorrer da pesquisa, tem ficado claro para mim que esta relação, seja no plano político, seja no cultural, foi mais complexa do que alguns autores tendem a retratar e que determinados

¹⁶ O trabalho resultante desta pesquisa será publicado em breve nos Estados Unidos pela editora Lexington Books, sob o título *Chilean New Song and the Question of Culture in the Allende Government: Voices for a Revolution*.

¹⁷ Harmer, *op. cit.*; Elisa Borges e Joana Salém Vasconcelos, *Cuba e Chile: diálogos revolucionários para América Latina*, Jean Sales et al (Ed.), *Revolução Cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina*, Aracaju, IFS, 2009, 246-273.

¹⁸ Joaquín Fernandois, *Chile y el mundo: 1970-1973. La política exterior del Gobierno de la Unidad Popular y el sistema internacional*, Santiago, Ediciones Universidad Católica de Chile, 1985; Alberto Aggio, “Fidel Castro no Chile de Allende: uma insólita visita”, *Um lugar no mundo: estudos de história política latino-americana*, Rio de Janeiro, Contraponto; Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2015, 102-123; Eva Luna, “Allende y Castro: una entrevista para la historia de América Latina”, Joán del Alcázar e Nuria Tabanera (Coord.), *Estudios materiales para la historia de América Latina, 1955-1990*, Valencia, Tirant lo Blanch, 1998, 159-178; Ignacio del Valle Dávila e Carolina Amaral de Aguiar, *A vía chilena em debate: análise de Compañero Presidente* (1971) e *El diálogo de América* (1972), *Significação*, 40:40, 2003, 153-172.

argumentos não se sustentam. Por exemplo, considero que não é possível falar de um boicote cubano à experiência chilena, nem interpretar o conjunto das relações mantidas pelos dois países a partir da tese de um suposto intervencionismo cubano nos assuntos nacionais chilenos. No momento, estou trabalhando com a hipótese de que, tanto no plano político quanto no cultural, prevaleceu a solidariedade entre a Revolução Cubana e a Via Chilena – isto é, o apoio ao outro processo como forma de sustentar o próprio. Os discursos elaborados por governantes, instituições e intelectuais tenderam a destacar as especificidades dos dois contextos como forma de justificar a adoção de estratégias distintas, mas igualmente válidas, para se chegar a um mesmo objetivo – a sociedade socialista. Isso não impediu que afluíssem diferenças e tensões, mas raramente se observaram críticas abertas ao outro regime e à sua política cultural.

Trabalhar com esta problemática é desafiador. Ao “ouvir” as diferentes vozes que se expressaram naquele contexto, é impraticável manter um “distanciamento científico” e questões que a pesquisa não se propõe a resolver afloram a todo momento. Entre elas, destacam-se as que se referem à falta de unidade no interior da esquerda chilena: em que medida ela impediu o avanço do projeto socialista? Tal unidade era, de fato, uma possibilidade? Se sim, quem foram os responsáveis por miná-la?

Como já comentado, não faltam análises sobre a UP que enfocam, justamente, tais questões, chegando a diferentes conclusões. Parece-me claro que a insistência no assunto está relacionada à persistência, na atualidade, de problemas e dilemas que marcaram os anos 1970 chilenos. Acredito que isso também explica meu interesse por focar os intelectuais. Como historiadora alerta para os problemas do anacronismo, não os tomo como interlocutores a serem criticados nem busco trazer suas ideias para o presente. Meu trabalho se orienta a contextualizar seus posicionamentos, mas esta tarefa é especialmente difícil por tratar-se de um passado recente, cujas consequências diretas têm fortes efeitos sobre o presente e cujos sentidos continuam em disputa.

Crises existenciais, revisões de meus próprios posicionamentos políticos, sensação de desorientação e vontade de mudar de tema são efeitos colaterais frequentes. Mas constatar que, após tantos anos, ainda experimento uma forte empolgação com novos dados e novas perspectivas me faz seguir adiante, não apenas no sentido de terminar a pesquisa iniciada, mas de projetar outras sobre temas correlatos. Justamente por se tratar de um passado recente, há muitas questões em aberto, inclusive no caso de temas que já contam com uma bibliografia volumosa.

A Nova Canção Chilena é um bom exemplo. A quantidade de publicações dedicadas ao assunto provavelmente supera a de qualquer outro movimento artístico da história nacional. Em sua maioria, trata-se de obras de natureza autobiográfica, que cumprem um importante papel memorialístico. Mesmo no âmbito dos trabalhos acadêmicos, uma parcela significativa foi escrita por autores que viveram o contexto estudado e/ou mantiveram relações com os músicos da NCCCh. Por fim, é importante mencionar a tendência, por parte da bibliografia, a focar os mesmos fatos, obras e personagens, contribuindo para enraizar sua memória, mas avançando pouco no plano analítico. Este quadro vem mudando nas duas últimas décadas¹⁹, assim como observamos nos estudos sobre a UP.

Em ambos os casos, o processo de renovação envolve uma quantidade crescente de estudos realizados por pesquisadores mais distanciados do objeto, seja por fatores geográficos ou geracionais. Como podemos concluir com base na abundante (e polêmica) bibliografia em torno da relação história-memória, estar nesta posição apresenta vantagens e desvantagens. Isso ficou claro para mim na primeira

¹⁹ Como argumenta a historiadora Mariana Arantes, o livro *Palimpsestos sonoros*, publicado em 2014, demonstra esta renovação e seus limites (Mariana Arantes, “A Nova Canção Chilena revisitada: distintas indagações sobre um mesmo objeto”, *ArtCultura*, Uberlândia, 19:35, 229-233).

viagem de pesquisa de campo que fiz a Santiago, em 2010. Naquele momento, tudo o que sabia sobre o Chile provinha da bibliografia que havia lido em meu primeiro ano de pesquisa, referente às décadas de 1960 e 1970. Ou seja, eu não sabia nada sobre o presente. Fiquei surpresa quando percebi que a NCCh não era conhecida por muitas pessoas com quem me deparei durante a viagem, enquanto para outras era uma memória distante. Imaginava que em qualquer livreria ou sebo em que entrasse encontraria livros e discos sobre meu tema de pesquisa, mas rapidamente constatei que não.

Percebi que me faltavam referências básicas sobre um país com o qual nunca havia mantido qualquer tipo de contato. Lembro de ter pensado que tudo seria mais fácil se estudasse, por exemplo, a MPB. Pelo simples fato de ter nascido e crescido no Brasil, consigo intuir o significado de trabalhar com este tema. Conheço o lugar social ocupado por diferentes gêneros musicais na atualidade, assim como a relação que a população em geral mantém com a memória da ditadura e de outros processos históricos.

Mas a viagem ao Chile também me trouxe reflexões sobre as vantagens de ser uma observadora externa. Em uma reunião com um importante musicólogo que gentilmente aceitou conversar comigo sobre o projeto de mestrado que eu começava a esboçar, comentei que me parecia estranha a tendência, por parte da historiografia, de tomar de maneira acrítica as informações e interpretações apresentadas em relatos autobiográficos. Afinal, argumentei, estes últimos estão no terreno da memória, que não se confunde com a história. São fontes, não bibliografia acadêmica. O pesquisador mostrou-se surpreso com minha observação, que lhe pareceu pertinente. Admitiu que, até então, nunca havia refletido sobre o assunto, mas que, de fato, a diferença entre os dois tipos de escritos existia e não estava sendo levada em conta pelos analistas. Cinco anos depois, ouvi de outro musicólogo chileno que, em sua opinião, o livro resultante da minha pesquisa de mestrado era, juntamente com o de Eduardo Carrasco (líder do conjunto Quilapayún), a melhor análise sobre a NCCh publicada até o momento.

Ser estrangeira e realizar minha formação no Brasil me trouxe uma necessidade que também acabou se mostrando uma vantagem: dialogar, simultaneamente, com duas tradições historiográficas. No mestrado e no doutorado, as disciplinas que cursei não tinham relação direta com meu tema de pesquisa, o que me obrigou a pensá-lo por outros ângulos. Especialmente significativas nesse sentido foram as disciplinas sobre intelectuais e revistas; sobre narrativa histórica e linguagem musical; e sobre a ditadura militar brasileira. As três foram ministradas por especialistas em História do Brasil e me permitiram tomar contato com leituras e debates que influenciaram o desenvolvimento das minhas pesquisas.

Isso pode ser percebido na metodologia que utilizei para analisar os 25 *Long Plays* que foram objeto de minha pesquisa de mestrado. Trata-se de um modelo de tabela que desenvolvi tendo como inspiração inicial o trabalho de Mariana Villaça sobre a Tropicália brasileira e a Nova Trova Cubana. A produção de outros dois historiadores brasileiros – minha então orientadora, Tânia Garcia, e Marcos Napolitano – foi especialmente influente na construção das questões centrais de minhas pesquisas de mestrado e doutorado e na forma como busquei desenvolvê-las. A “presença brasileira” também se faz notar em um artigo em que analiso a cantata popular *Santa María de Iquique*, composta por Luis Advis e gravada pelo Quilapayún em 1970, desenvolvendo um tema machadiano²⁰. Em outro artigo, discorro sobre o termo “engajamento” (termo que não tem tradução exata em espanhol)²¹ e sobre sua aplicação nos estudos sobre a NCCh.

Por outro lado, o contato com pesquisadores chilenos foi fundamental para me situar melhor em relação ao meu objeto. Para além de importantes contribuições acadêmicas, alguns deles me

²⁰ Referente ao escritor brasileiro Machado de Assis (1839-1908).

²¹ O equivalente em espanhol é “compromiso”, que também existe em português (“compromisso”).

proporcionaram aquelas “referências básicas” de que tanto senti falta em minha primeira viagem ao Chile. De “chilenismos” a notícias em tempo real sobre acontecimentos políticos, passando por informações não verbalizadas sobre a cultura chilena, possíveis de obter somente pela convivência e pelo estabelecimento de uma relação de amizade.

Outros aprendizados valiosos me foram proporcionados durante a viagem de pesquisa que realizei à Finlândia entre 2015 e 2016, supervisionada pelo professor Alfonso Padilla. Ter a oportunidade de conversar longamente com um ex-militante comunista que foi preso durante a ditadura; exilou-se na Europa; foi encarregado cultural do partido, trabalhando diretamente com músicos da NCCCh; e acabou se estabelecendo na Finlândia, onde se tornou professor universitário, trouxe-me informações e reflexões que ultrapassam largamente o âmbito acadêmico.

Não tenho dúvidas de que todas essas vivências impactaram o resultado das minhas pesquisas e a própria forma de conceber meu ofício, além de terem pesado na decisão de seguir trabalhando, do exterior, com a problemática da UP.

Quando comecei a escrever este ensaio, não tinha certeza de como poderia responder às questões levantadas na primeira página. O processo de redação serviu para identificar, interpretar e, por que não?, inventar relações plausíveis entre vida pessoal e escolhas profissionais, Brasil e Chile, passado e presente, academia e sociedade. Espero que essas linhas sejam tomadas como testemunho de que, quase cinco décadas depois de seu fim, a experiência da UP continua impactando trajetórias.

Como argumentei, isso se deve, em parte, ao fato de que os dilemas colocados *aos* e *pelos* atores do período mantêm vigência. Entre eles, o questionamento dos “muros”²² que separam os países latino-americanos, impedindo que seus processos históricos e lutas contemporâneas sejam reconhecidos como “temas *obviamente* interessantes e importantes” para todos nós. Afinal, como cantaram Chico Buarque e Milton Nascimento, inspirados por Pablo Milanés: “E quem garante que a História / É carroça abandonada / Numa beira de estrada / Ou numa estação inglória?”²³

Bibliografia

Aggio, Alberto. “Fidel Castro no Chile de Allende: uma insólita visita”. *Um lugar no mundo: estudos de história política latino-americana*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2015. p. 102-123.

Arantes, Mariana O. “A Nova Canção Chilena revisitada: distintas indagações sobre um mesmo objeto”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 229-233, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/41267>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

Araújo, Carlos A. “Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart”. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 112-119, set. 2009. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/786/1428>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

²² Gomes, *op. cit.*

²³ “Canción por la unidad latinoamericana”, gravada no disco *Clube da Esquina 2* (EMI Odeon, 1978). A versão original, com letra diferente, foi composta por Pablo Milanés em 1975 e gravada por ele no ano seguinte.

Baño, Rodrigo (Ed.). *La Unidad Popular treinta años después*. Santiago: LOM, 2003.

Borges, Elisa. *Con la unidad Popular ahora somos gobierno! A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

Borges, Elisa e Vasconcelos, Joana S. “Cuba e Chile: diálogos revolucionários para América Latina”. In: SALES, Jean et al. *Revolução Cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina*. Aracaju: IFS, 2009. p. 246-273.

Costa, Adriane V. e Borges, Elisa (Org.). *Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

Dalmás, Carine. *Imagens de uma revolução alegre: murais e cartazes de propaganda da experiência chilena. 1970-1973*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.

Del Valle Dávila, Ignacio e Aguiar, Carolina A. *A via chilena em debate: análise de Compañero Presidente (1971) e El diálogo de América (1972)*. *Significação*, v. 40, n. 40, p. 153-172, 2003.

Fernandois, Joaquín. *Chile y el mundo: 1970-1973. La política exterior del Gobierno de la Unidad Popular y el sistema internacional*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1985.

Garcés, Mario e Leiva, Sebastián. “Perspectivas de análisis de la Unidad Popular: Opciones y omisiones”. Santiago: Universidad ARCIS, out. 2004. [Informe de avance]. Disponível em: <www.archivochile.com/Ideas_Autores/leivas/leivas0006.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

Garcia, Tânia. “Nova Canção: manifesto e manifestações latino-americanas no cenário político mundial dos anos 60”. VI CONGRESSO DA IASPM-AL, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://www.iaspmal.net/wp-content/uploads/2012/01/costagarcia.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

Gaudichaud, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM, 2004.

Gomes, Caio S. “Quando um muro separa, uma ponte une”: Conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). São Paulo: Alameda, 2015.

Harmer, Tanya. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

Jara, Joan. *Canção inacabada: a vida e a obra de Victor Jara*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Karmy, Eileen. “Victor Jara Presente! Alborada – Latin America Uncovered”, n. 10, p. 23-25, 2020. Disponível em: <<https://alborada.net/emag-alborada10-uncovering-latinamerica/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

- Karmy, Eileen e Fariás, Martín (Comp.). *Palimpsestos sonoros*. Reflexiones sobre la Nueva Canción Chilena. Santiago: Ceibo, 2014.
- Luna, Eva. “Allende y Castro: una entrevista para la historia de América Latina”. In: ALCÁZAR, Joál del; TABANERA, Nuria. (Coord.). *Estudios materiales para la historia de América Latina, 1955-1990*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1998. p. 159-178.
- Marques, Teresa Cristina S. 2011. *Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29583>>. Acesso em: 3 abr. 2020.
- Mattelart, Armand. “Estructura del poder informativo y dependencia”. *Cuadernos de la Realidad Nacional*, Santiago, n. 3, p. 37-175, mar. 1970.
- Medina, Eden. *Cybernetic revolutionaries: technology and politics in Allende’s Chile*. Cambridge: The MIT Press, 2011.
-
- Oliveira, Lúcia L. “Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina”. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 14, p. 110-129, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 abr. 2020.
- Pinto Vallejos, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.
- Pinto Vallejos, Julio (Ed.). *Fiesta y drama: Nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014.
- Prado, Maria Lígia. “O Brasil e a distante América do Sul”. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18921/20984>>. Acesso em: 9 abr. 2020.
- Rodríguez Musso, Osvaldo. *La nueva canción chilena: continuidad y reflejo*. La Habana: Casa de las Américas, 1988.
- Rolle, Claudio (Org.). *1973: la vida cotidiana de un año crucial*. Santiago: Planeta, 2003.
-
- Santos, Luís Cláudio V. *O Brasil entre a América e a Europa; o Império e o interamericanismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- Schmiedecke, Natália A. “*Não há revolução sem canções*”: *utopia revolucionária na Nova Canção Chilena, 1966-1973*. São Paulo: Alameda, 2015.
- Schmiedecke, Natália A. “*Nuestra mejor contribución la hacemos cantando*”: *a Nova Canção Chilena e a “questão cultural” no Chile da Unidade Popular*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2017.



50, enero 2021:1-14

Wasserman, Claudia. “Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile”. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, n. 1, p. 82-92, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.161.07/833>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

Winn, Peter. *Tejedores de la revolución. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.

Zapata, Francisco (Coord.). *Frágiles Sutures. Chile a treinta años del gobierno de Salvador Allende*. Santiago: Fondo de Cultura Económica; Cidade do México: COLMEX, 2006.